



II ENCONTRO CEARENSE DE PROFESSORES DE FILOSOFIA: memórias, lutas, resistências e o ensino de Filosofia no Ceará

Antônio Alex Pereira de Sousa¹
Debora Klippel Fofano²
Elizabeth Bezerra Furtado³
Roberta Liana Damasceno Costa⁴

*2nd Meeting of Philosophy Teachers and Professors from Ceará:
memories, struggles, resistance and Philosophy teaching in the state of Ceará*

Resumo:

O presente artigo configura-se como relato de experiência cujo objeto narrado e analisado foi o II Encontro Cearense de Professores de Filosofia. Realizado na cidade de Fortaleza, dos dias 25 a 27 de agosto de 2022, na Escola Superior do Parlamento Cearense (UNIPACE), com a temática "Pensar a prática e praticar a luta", o evento contou com a participação de professores/as de Filosofia do Ceará em todos os níveis de educação. O método de análise para o relato foi o resgate da memória e narrativas elaboradas desde o momento de planejamento, organização, execução e observação do evento. Uma vez que o ensino de Filosofia no Ceará é um fenômeno que afeta os/as autores/as das lutas vivenciadas em torno dessa disciplina, esse é analisado no contexto atual das lutas travadas pela permanência do ensino de Filosofia via atividades propostas pelo encontro, como: conferências, apresentação de trabalhos, grupos de trabalho e plenária. A realização do encontro foi um momento oportuno e singular ao apresentar e compartilhar as estratégias para a prática docente no ensino de Filosofia e articular saídas coletivas frente aos desafios que enfrenta o ensino de Filosofia no Brasil e no Ceará na atualidade. Para tanto, será criada a Associação de professores de Filosofia do Ceará.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Formação Docente. Educação.

Abstract:

The present article constitutes an experience report whose object analyzed and narrated was the 2nd Meeting of Philosophy Teachers and Professors from Ceará. The meeting took place in Fortaleza from 25th to 27th of August at the Higher School of the Cearense Parliament (UNIPACE). Entitled "Thinking practice and practicing thought", the meeting could count on the participation of Philosophy teachers and professors from all levels of Education in the state of Ceará. The analysis method was the rescue of memories and narratives created since the moment of planning, organizing, executing and observing the meeting. Once Philosophy teaching is the phenomenon which affects all the authors of the struggles experienced around Philosophy, this matter is analysed in the current context of battles waged for the continuity of

1. Doutorando e mestre em Filosofia pela UFC. Graduado em Filosofia pela UECE. Professor de Filosofia na rede pública de ensino do Ceará (SEDUC/CE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0200-5879>

2. Doutoranda em Educação pela UFC. Mestra e licenciada em Filosofia pela UECE. Professora de Filosofia na rede pública de ensino do Ceará (SEDUC/CE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3713-7564>

3. Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3966-4579>

4. Mestra e Graduada em Filosofia pela UFC. Pedagoga pelo Centro Universitário Claretiano. MBA em Gestão de Instituições de Ensino Superior pela UNIJAGUARIBE. Professora Temporária do curso de Filosofia da UVA-CE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1579-5761>

Philosophy teaching through propositions such as conferences, presentations of papers, workshops, working groups and an assembly. The execution of the meeting was a suitable and singular moment to present and share the strategies for the practice of Philosophy teaching and to articulate collective solutions concerning the challenges facing Philosophy teaching in Brazil and in the state of Ceará contemporarily. Thus will be created the Association of Philosophy Teachers and Professors from Ceará.

Key-words: *Philosophy teaching. Teacher training. Education. Philosophy.*

1. INTRODUÇÃO

Em 2022, ano de realização do II Encontro Cearense de Professores de Filosofia, objeto de reflexão do presente texto, as escolas brasileiras que ofertam o ensino médio passaram a aplicar, de forma obrigatória, uma das mais drásticas mudanças presentes na lei 13.415/2017, conhecida como Lei do Novo Ensino Médio: a divisão da carga horária dedicada ao seu currículo entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Itinerários Formativos (IF).

A divisão do currículo do ensino médio entre BNCC e IF veio acompanhada de uma mudança na forma de organização da carga horária. A lei 13.415/2017 passou a obrigar que todas as escolas dedicassem, no máximo, 1800 horas aulas para a BNCC, ficando as demais horas para os IF. Desse modo, uma escola em tempo integral, que geralmente tem, no mínimo, sete horas diárias de aula, disponibilizará mais aulas para os estudos dos objetos dos IF do que os presentes na BNCC. Como consequência, houve a diminuição da carga horária escolar para alguns componentes curriculares. Se a LDB, sem as alterações da Lei do Novo Ensino Médio, assegurava 800 horas anuais para cada série, totalizando 2400 horas para toda a etapa, quase toda dedicada aos componentes da base, entre eles a Filosofia e Sociologia, com as alterações feitas pela lei de 2017, essa quantidade é drasticamente reduzida e direcionada para o estudo nos IF.

Paralelamente à lei 13.415/2017 e juntamente com ela, a BNCC⁵ instaura uma nova forma de organização das áreas e retira a obrigatoriedade do ensino da maioria dos componentes curriculares, como a Filosofia, de todos os anos do ensino médio. Com essas mudanças, componentes curriculares com um robusto histórico de luta para estarem presentes no currículo da educação

básica, como a Filosofia e Sociologia, ficaram à mercê da redução de carga horária nas redes de ensino.

Essa nova forma de organização das áreas de ensino enfraquece o ensino das especificidades de cada componente das áreas, como a Filosofia nas Ciências Humanas e Sociais aplicadas. Entre os efeitos, esta mudança afeta a produção dos livros didáticos, instrumento pedagógico fundamental na prática docente. No novo PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático), os livros por componente curricular foram substituídos por livros das áreas de conhecimento e manuais de suporte para a orientação docente em torno dos projetos integradores e dos projetos de vida. Assim, em defesa de uma interdisciplinaridade, o ensino dos conteúdos dos componentes vem sendo diluído e enfraquecido.

As mudanças criadas pela Lei do Novo Ensino Médio e pela BNCC não ficaram restritas à educação básica e chegaram à formação inicial e formação continuada de professores, visando a instaurar uma nova forma de ver, sentir e entender as pessoas e o mundo. Para isso, faz-se necessário intervir na constituição da subjetividade dos diversos agentes educacionais, entre eles os professores, para que adotem a discursividade em voga, a presente no novo ensino médio, como caminho para se inovar as práticas pedagógicas. Essa forma de ver e sentir a que aqui nos referimos é aquela que, na atualidade, muitos vêm chamando de neoliberalismo⁶.

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como

5. Com três versões (1ª - 2015; 2ª - 2016; 3ª - 2017), a versão final da BNCC, espelho da terceira, foi homologada em 2018.

6. Sobre a relação neoliberalismo e educação, sugerimos a leitura do artigo A educação brasileira e a constituição do sujeito neoliberal (FERNANDES; MARINHO; SOUSA; DAMASCENO, 2021).

característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.

O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra "capitalismo". O neoliberalismo é a razão do capitalismo na contemporaneidade, de um capitalismo desimpedido de suas raízes arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17)

Dessa maneira, o neoliberalismo incita uma formação focada no desenvolvimento das atitudes individuais, buscando desenvolver nos estudantes as suas competências e habilidades, aquilo que os preparam, segundo a perspectiva neoliberal, para as demandas do presente. Nesse contexto, observamos que a implementação dos IF e a formação com foco no desenvolvimento das competências e habilidades, permeada pela racionalidade neoliberal, visa a transformar os partícipes do processo educacional em sujeitos-microempresas, como afirma Sylvio Gadelha (2009, p. 178), entendendo que ela:

[...] busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (management), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, marketing, branding, literatura de autoajuda, etc. Esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda a sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviços), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência.

Como a Educação Básica, o Ensino Superior não ficou isento das reformulações impostas pela lei 13.415/2017, passando a atender à normatividade presente na referida lei através da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Desse modo, os cursos de licenciatura de todo o Brasil tiveram que reformular sua matriz, pois "Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular" (BRASIL, 2017, Art. 7º, § 8º).

Novas demandas, apoiadas na lei 13.415/2017 e em todas as diretrizes que a acompanham, como a BNC-Formação, pedem melhorias na formação de professores e formação continuada, solicitando que elas considerem as reformas e que ajudem na construção de propostas pedagógicas que fortaleçam o protagonismo das(os) docentes e das(os) discentes em sala de aula, no sentido dos sujeitos-microempresas, como há pouco pontuamos, que podem, também, ser chamados de empreendedores de si mesmos. As Instituições de Ensino Superior passaram a ser cobradas por novas normativas, como a BNC-Formação, demandando uma formação de professores da educação básica alinhada à referida forma de pensar neoliberal.

Os estados não ficaram de fora das ações que compõem o bloco de mudanças estruturais que afetam o ensino médio e o ensino superior. Em 2018 foi instituído o Pró-BNCC, programa que levou os estados da federação à aceleração da implementação da BNCC e das mudanças do novo ensino médio. Uma das principais ações foi a exigência de elaboração, pelos estados, de documentos curriculares amparados na BNCC, com caráter normativo e que delineiam, de forma orgânica e progressiva, as aprendizagens necessárias aos estudantes em sua passagem pela educação básica⁷. Diversos professores da educação básica participaram da produção desses documentos, muitos deles buscando imprimir novas estratégias e definições que diminuíssem os impactos causados pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio.

7. A produção das diretrizes curriculares dos estados está prevista no Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), instituído pela portaria nº 331, de 5 de abril de 2018. No Ceará, o documento foi intitulado DCRC (Documento Curricular Referencial do Ceará).

8. A reforma administrativa implementada pela PEC 32/20 teve impacto negativo direto no âmbito da Educação. Tais reformas propõem alterações como a falta da proteção dos profissionais da educação das carreiras típicas de estado, a perda de estabilidade, a possibilidade de terceirização, falta de investimentos em pesquisas e recursos para manutenção das atividades educacionais, ausência de um piso para os professores e a destinação dos recursos do FUNDEB. Alinhadas às reformas administrativa e do Ensino Médio, vimos a apropriação da educação pública por setores de investimento, fortalecidas pela consolidação das políticas neoliberais de descentralização, e mudanças na governabilidade educativa e nesta pós-reforma que colocam a gestão de resultados como principal foco das políticas educacionais.

Contudo, há uma grande possibilidade de que esses documentos reproduzam a lógica neoliberal, pois os seus fundamentos teóricos e legais são os mesmos presentes na BNCC e na lei 13.415/2017.

Entendemos que o Novo Ensino Médio, a BNCC e a BNC-Formação, para além de um projeto de nação que visa a formar cidadãos éticos e atentos às demandas do seu país, vêm funcionando como máquina de ataques e desmontes da educação básica e superior pública. Paralelamente, outras ações podem ser compreendidas como parte dessa investida contra a educação pública, a exemplo da implantação de um teto de gastos⁹ que limita os investimentos na educação e de outras ações que buscam fazer, da educação pública, um investimento para institutos privados, atrelados aos interesses do mercado e que loteiam as escolas e as universidades com um *modus operandi* que busca estruturar os conhecimentos a serem ensinados a cada camada social brasileira, bem como fomentar a mentalidade empreendedora e capitalista⁹ nas escolas e universidades.

Diante das demandas e na busca por estratégias de enfrentamentos nas novas batalhas impostas aos envolvidos na prática educacional cotidiana, o II Encontro Cearense de Professores de Filosofia, que teve como tema "*Pensar a prática e praticar a luta*"¹⁰, foi realizado em Fortaleza nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2022 (conferir Figura 1), configurando-se como espaço de discussões, de estudos e de construção de proposições que subsidiem e apoiem as/os professoras/es de Filosofia do estado do Ceará em suas ações de enfrentamento à lógica neoliberal que mercantiliza a educação e que "instalou uma conjuntura de flexibilização/exclusão da Filosofia como componente curricular" (FÁVERO et al., 2020, p. 4) Atentos aos problemas que ocupam os professores no chão da escola, a organização do II Encontro Cearense de Professores de Filosofia destinou tempo e lugar à discussão de pautas como: o exercício da

Figura 1 – Cartaz de divulgação do II Encontro Cearense de Professores de Filosofia



Fonte: UECE (s.d.).

reflexão filosófica em torno de temas que atingem a sociedade brasileira; a institucionalização do ensino de Filosofia na educação básica como direito do discente e como atividade fundamental para a experiência filosófica do pensamento necessária à formação dos cidadãos; a formação de professores da educação básica; os desafios da licenciatura em Filosofia; a formação política de professores e estudantes de Filosofia; a construção de pautas e demandas em torno do ensino de Filosofia. No horizonte de luta que guia os(as) professores(as) de Filosofia do Estado do Ceará também se tem, como pautas, a permanência da Filosofia como componente curricular obrigatório em

9. No livro *A escola não é uma empresa*, Christian Laval (2009) apresenta uma análise sobre o modo como o modelo escolar liberal impôs à educação pública francesa a racionalidade dos valores do mercado, com o estilo competitivo e meritocrático, no qual a escola produz capital humano a serviço da lógica empresarial. Para ele, isso resultou em uma nova concepção de educação e do papel da escola visto pela sociedade. Com 12 capítulos, o livro segue estruturado em três partes: (1) "a produção de 'capital humano' a serviço da empresa", na qual o autor trata da nova concepção de educação; (2) "a escola sob o dogma do mercado", em que o autor mostra a nova visão institucional da escola segundo a sociedade; e (3) "poder e gestão na escola", em que é deslumbrada a nova forma de organização interna da escola e sua relação com o Estado.

10. Os dados do encontro estão disponíveis na página de inscrição do evento: <http://www.uece.br/eventos/profilosofia2022/>. Outras informações podem ser acessadas no site do Fórum de Professores de Filosofia, espaço virtual em que estão registradas ações desenvolvidas pelo referido fórum, realizador das edições, até 2022, do Encontro Cearense de Professores de Filosofia: <https://sites.google.com/uece.br/forumfilosofia>.

toda a educação básica (infantil, fundamental e médio), a elaboração de diretrizes para a formação qualificada da/do profissional, a valorização profissional dos professores.

Cientes da urgência da construção de lutas coletivas que modifiquem os itinerários imposto à Filosofia em novos caminhos que apontem para sua permanência na escola e defendam uma efetiva formação humana e crítica dos estudantes, o encontro proporcionou um espaço para o debate e a integração entre professores/as, pesquisadores/as e interessados/as no ensino de Filosofia, a fim de fortalecer a defesa e a qualidade da educação e do ensino dos saberes filosóficos no estado do Ceará e no Brasil. Aliado a estes propósitos, o evento também buscou proporcionar o resgate da dimensão política da formação filosófica, da função social da Filosofia e do seu ensino como direito.

No presente texto, enquanto atores e observadores-históricos do Encontro Cearense de Professores de Filosofia, empenhamo-nos em registrar a memória de um grupo¹¹, a fim de que seja resgatado sempre que necessário. Com ele, esperamos que aqueles que buscarem registros da luta dos professores de Filosofia do nosso presente conheçam as diversas pautas que a constituem, como a permanência do ensino de Filosofia nas escolas. A luta dos professores de Filosofia no Ceará tem uma história e foi construída de um modo que não pode ser relegado ao esquecimento, pois o esforço dos que nos antecederam ajuda a compreender os perigos que cercam a atualidade. Desse modo, lembramos às futuras gerações que “[...] o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2012, p. 244, grifos nossos).

A partir da problematização em torno da situação do ensino de Filosofia na atualidade e da contextualização do II Encontro Cearense de Professores de Filosofia, passamos a relatar, mais detalhadamente, a experiência do encontro, objetivo central do presente texto, através da apresentação das articulações e reflexões nele realizadas. Assim, serão apresentados o contexto político e social que movimentaram o planejamento de organização do evento (a ideia central que reverbera a

luta pela permanência do ensino de Filosofia na educação básica, as parcerias para concretização da realização do evento); o acontecimento do evento (o planejamento das atividades, a organização do espaço e das atividades, as reuniões dos grupos de trabalho e apresentação de trabalhos dos/as docentes e pesquisadores/as de ensino de Filosofia); os resultados do encontro (as pautas e as estratégias elaboradas pelos grupos de trabalho, bem como as ações deliberadas pela plenária dos professores).

2. METODOLOGIA

Os desafios que cercam a escolha do método que orientou as reflexões na escrita deste Relato de Experiência se iniciam com a problematização da escrita e pesquisa imposta a própria atividade científica que, com seus pressupostos de neutralidade, simplificação, separação e redução impedem a intervenção dos afetos que incidem sobre o olhar do observador/sujeito. Não há, em nossa escrita, um caminho que abandone por completo os pressupostos que definem a produção do conhecimento de uma ciência. Porém, adotamos como método a memória e o relato de experiência como escrita científica. Ao adotarmos o Relato de Experiência para narrar e refletir sobre o II Encontro Cearense de Professores de Filosofia, lançamos mão da descrição como estratégia para relatar a experiência de planejar, organizar, executar e refletir sobre o encontro.

A memória como método precisa ser compreendida enquanto um afeto que mapeia com a história e aciona um sistema de manifestações complexas sobre a realidade do ensino de Filosofia no Estado do Ceará, fenômeno que afeta não só os autores deste relato, mas também os diversos partícipes das lutas vivenciadas em torno da Filosofia. Assim, a memória como método se justifica, pois

[...] torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro. (AMADO, 1995, p. 132).

9. Sobre a noção de memória utilizada em nossa escrita, foram utilizados os parágrafos 6 e 12 do texto "Sobre o conceito de História", presente na obra *Magia e Técnica, Arte e Política*, de Walter Benjamin (2012).

Quando a memória se integra à narrativa, neste caso o relato de experiência, Walter Benjamin (2012) explica que o narrador, ou, no nosso caso, os narradores das histórias, recorre ao acervo de experiências de vida, tanto as nossas como as experiências relatadas por outros. Quando narramos, transformamos as vivências do II Encontro Cearense de professores de Filosofia em produto sólido e único, ao torná-las experiências daqueles que as vivenciaram em experiências para aqueles que as leem.

O caminho narrativo da experiência se inicia com a exposição do contexto histórico da realização do evento, justificando a escolha da temática que regou as discussões durante o encontro. Dessa forma, situamos as atividades realizadas no evento como Grupos de Estudos, Palestras, Apresentação de Trabalhos e Plenárias para direcionar nosso mapeamento sobre o que foi produzido em discussões e escritos que são utilizados como material de análise para as considerações. A metodologia que aplicamos com esse caminho narrativo enfatiza a importância de nos concentrarmos no fenômeno, para não cairmos na armadilha da simplificação, não buscar reduzir ou separar os elementos que constituíram o encontro e, principalmente, não buscar produzir generalizações para as reflexões que inferimos em nossas conclusões.

3. OS CAMINHOS PARA A CONTINUIDADE DA LUTA: UM BREVE HISTÓRICO DO II ENCONTRO CEARENSE DE PROFESSORES DE FILOSOFIA

O II Encontro Cearense de Professores foi uma ação gestada e organizada através da soma do trabalho dos membros do Fórum de Professores de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), de professores de diversas Instituições de Ensino Superior, da Sociedade civil e de docentes das diversas redes de ensino. Na edição objeto do presente texto, realizada em 2022, a Universidade do Vale do Acaraú (UVA)¹² e a

Universidade Federal do Ceará (UFC) foram parcerias fundamentais para a realização do evento. Os cursos de Filosofia dessas duas universidades, através de seus professores, deram apoio logístico e institucional na organização do evento como um todo. Além do engajamento no trabalho de construção, o apoio financeiro foi importante, como o advindo da PROFFILO da UFC¹³ e do Mestrado em Filosofia da UECE¹⁴ para a compra de passagens e hospedagens dos professores palestrantes. Outra grande parceira foi a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que, através da coordenadora da Coordenadoria de Gestão Pedagógica do Ensino Médio (COGEM)¹⁵, possibilitou a vinda de professores de Filosofia de todo o estado do Ceará, custeando passagem e hospedagem, bem como com ações de compartilhamento da pesquisa, como a publicação, na revista Docentes, de uma edição especial contendo os artigos completos dos professores presentes ao evento.

Os sindicatos APEOC e ADUFC contribuíram, também, com recursos financeiros e logísticos. Outras parcerias, como a Universidade da Assembleia Legislativa do Ceará (UNIPACE), lugar onde foi realizado o evento de 2022, e o Centro Acadêmico de Filosofia da UECE, que participou na construção e realização do evento através dos seus diversos membros, foram essenciais para a realização do evento. Por fim, ressalta-se a participação de todos os membros do Fórum de Professores de Filosofia da UECE, em sua grande maioria professores de Filosofia na SEDUC/CE. Sem eles, não haveria o encontro.

O trabalho realizado pelos diversos sujeitos que estiveram na linha de frente do evento se deu de forma democrática e participativa. Nas reuniões do Fórum de Professores de Filosofia da UECE, nos grupos de WhatsApp e através do diálogo direto, foram convocados os mais diversos professores e estudantes de Filosofia do Ceará. Todos os que se colocaram disponíveis para ajudar na realização tiveram voz e vez na definição das ações e estratégias, que se estenderam

12. Nossos agradecimentos aos professores da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, especialmente à professora Roberta Liana Damasceno, que esteve na dianteira de todas as ações e teve papel fundamental na realização do evento.

13. Nossos agradecimentos aos professores da Universidade Federal do Ceará, especialmente ao professor José Carlos Silva de Almeida, pela parceria que viabilizou a realização do evento.

14. Nossos agradecimentos aos professores da Universidade Estadual do Ceará, especialmente ao professor Vicente Brazil, pela parceria que viabilizou a realização do evento. Ressaltamos também a importância da professora Elizabeth Furtado na existência do evento.

15. Nossos agradecimentos, de forma especial, à coordenadora da COGEM, a Ms. Iane Nobre, pela fundamental parceria que muito ajudou na mobilização para a vinda dos professores da rede estadual e na realização do II Encontro Cearense de Professores de Filosofia.

desde a produção do projeto do evento até os diálogos com as parcerias e pareceristas das publicações resultantes do encontro.

Muitas pessoas participaram de forma direta e indireta da produção e realização do evento. Em forma de agradecimento e registro, seguem os nomes dos diversos sujeitos que fizeram o II Encontro Cearense de Professores de Filosofia: Antônio Alex Pereira de Sousa; Elizabeth Bezerra Furtado; Debora Klippel Fofano; Roberta Liana Damasceno Costa; Rita de Cássia Santos Bittencourt; Robyson Augusto Fernandes Teixeira; Paulo Willame Araújo de Lima; Erminio de Sousa Nascimento; Antônio Flor de Sousa Junior; Marvin Christian dos Santos Batista; Emanuelle Pereira Nascimento; Carlos Alberto Lima Ribeiro; Julia da Silva Portela Lima; Kelly Cristina dos Santos Batista; José Carlos Silva de Almeida; Francisco José Assunção da Silva; Emerson Ellano Dutra Praciano; Liana Pinho Teles; Maria Gabriela dos Santos Moura; Hugo Gabriel Brasil Camelo Nunes; Raul da Franca Alencar; Andréa Coutinho Pessoa de Oliveira; Mario Jonny de Castro Cunha; Maria Milena Abreu Andrade; e Tayanara Sousa Andrade.

O encontro teve a duração de três dias e contou com a participação de professores de Filosofia de diversas instituições, sendo a grande maioria professores da SEDUC/CE, advindos de todas as regiões do estado do Ceará¹⁶. Estavam presentes professores do ensino médio de escolas particulares e professores do ensino fundamental de escolas privadas e públicas. Destacamos a presença dos professores de Filosofia da cidade de Pacatuba, único município do Ceará que oferta, obrigatoriamente, o ensino de Filosofia na rede pública no ensino fundamental. Também se fizeram presentes os professores de cursos de Filosofia das universidades públicas, como da UVA, UFC, UECE, URCA e professores dos Institutos Federais, que participaram ativamente das atividades e dos debates ocorridos no evento.

16. A SEDUC/CE financiou a hospedagem e transporte para professores do interior do estado participarem do II Encontro de Professores de Filosofia, entendido como uma atividade de formação continuada. Por esse motivo, participaram do evento professores advindos de todas as regiões do estado, proporcionando uma dinamicidade única e alcançando uma multiplicidade de formas de pensar.

17. Disponível em: <https://sites.google.com/uece.br/anaisencontrodeprofessores/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

18. Participaram do lançamento de livros, no Sarau Filosófico, os professores Erminio De Sousa Nascimento e Santiago Pontes Freire Figueiredo (Reflexões para um debate sobre Ensino de Filosofia e Formação dos Professores); John Karley De Sousa Aquino (Normatividade e historicidade da liberdade na filosofia de Hegel); Francisco Jackson De Freitas Souza (O amor segundo os Filósofos Gregos); Ada Beatriz Gallicchio Kroef (Currículo-Nômade: Sobrevoos de bruxas e travessias de piratas); Manoel Messias Rodrigues Da Costa (As armas do Capitalismo, Reflexos de um olhar, Olhares de um Reflexo e O despertar de um dia); Felipe Coelho (ALIENINDI: Os portais dos Mundos).

Todas as atividades do certame, bem como o nome de cada participante, seja como ministrante de alguma atividade, seja como ouvinte, estão presentes no caderno de anais completo do evento¹⁷.

No primeiro dia, 25 de agosto, aconteceram os minicursos, as oficinas, a apresentação de comunicações, a exibição do Cine Trans (apresentado por Tilly Cassiano e Lukresya Nascimento, participantes do "Transpassando", projeto de extensão do curso de Filosofia da UECE), a roda de conversa com o professor da UnB Dr. Wanderson Flor Nascimento (tema: "Ensino de Filosofia, Filosofia africana e educação antirracista: forjando encontros"), a apresentação dos pôsteres e podcasts e a conferência de abertura, ministrada pela professora da UFABC, Dra. Patrícia Velasco (título: "Filosofia do ensino e Filosofia: notas sobre a constituição do campo").

No segundo dia, 26 de agosto, tiveram continuidade os minicursos e oficinas, seguidos da mesa-redonda intitulada "BNC-Formação e o ensino de Filosofia nas licenciaturas: o que fazer?" (mesa composta pelas professoras Ms. Roberta Liana Damasceno – UVA; Dra. Cristiane Maria Marinho – UECE; e a Dra. Elizabeth Furtado – UECE). O dia continuou com a exposição do Cine Marvin (apresentado por Emerson Praciano e seus estudantes), com a roda de conversa com a professora Dra. Patrícia Velasco (Práticas argumentativas na aula de Filosofia), com o Sarau Filosófico¹⁸, no qual foram lançados livros de professores de Filosofia e, à noite, o segundo dia foi finalizado com a mesa "Novo Ensino Médio e o Lugar da Filosofia no Ceará", composta pelos professores da SEDUC (Ms. Alex Sousa, Ms. Francisca Evanice e Dr. Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro). Neste segundo dia, ainda se reuniram os Grupos de Trabalhos, momento para o qual reservamos um tópico exclusivo no presente texto.

No último dia, manhã de sábado do dia 27 de agosto de 2022, tivemos a mesa de encerramento, intitulada "Novo Ensino Médio, BNCC e Ensino de Filosofia: cenários para a luta", composta pelo Dr. Wanderson Flor do Nascimento (UnB), pela Ms. Débora Klippel Fofano (SEDUC/CE) e pelo professor Carlos Alberto Lima Ribeiro (SEDUC/CE). A mesa foi seguida da plenária de encerramento que teve, dentre as questões que ali se apresentaram, as seguintes discussões e encaminhamentos: leitura da carta que versa sobre a ausência dos professores universitários de Filosofia no evento; a solicitação do professor John Aquino (IFCE) para que o fórum de professores de Filosofia esteja junto ao grupo de professores da instituição que estão na luta pela defesa da carga horária para professores de Filosofia nos Institutos Federais do Ceará, diretamente referente à questão dos códigos de vaga e presença da disciplina nos três anos do ensino médio; a solicitação de uma participante do evento para que o fórum, junto aos outros professores, levarem a bandeira da luta por duas horas de Filosofia, no geral, no currículo do ensino médio; o encaminhamento, por unanimidade dos presentes, para a criação da Associação de Professores de Filosofia do Ceará, a qual, a rigor, ainda não tem nome definido, mas que contou com a participação voluntária de vários membros para compor a comissão de trabalho responsável pela criação de tal associação.

Além das decisões, sugestões e falas dos presentes à plenária, estão as demandas construídas nos Grupos de Trabalho (GT), resultados de uma ampla discussão entre os professores de Filosofia de todo o estado que, em GT específicos, colocaram seus anseios e suas sugestões para que o ensino de Filosofia no estado do Ceará possa ser fortalecido na educação básica e no ensino superior. Neles, os professores participantes apresentaram suas propostas em torno do ensino de Filosofia, para que pudessem ser levadas a órgãos e instituições, como a SEDUC/CE, as Universidades, os sindicatos etc. Cada GT foi coordenado por um professor ou estudante de Filosofia que tem como objeto de estudo ou ação política o tema do GT. Assim, no GT intitulado "Formação Continuada" estava Alex Sousa, professor da SEDUC/CE; no GT "Formação Inicial de Professores", estava a professora da UECE Elizabeth Furtado, que trava uma longa batalha em defesa da formação qualificada de professores de Filosofia na graduação; no GT "Ensino de Filosofia como Prática Política", estavam Débora Fofano e Andréa Coutinho, duas professoras de Filosofia da SEDUC que participam ativamente das reflexões e ações políticas em torno da defesa do ensino de Filosofia, entre outras; no GT "Gênero, Raça, Classe e Decolonialidade",

estavam os professores Emilson Lopes e Dayane Evellin, que vêm dedicando atenção especial às referidas questões (a professora Dayane, por exemplo, escreveu sua dissertação em torno das questões de gênero da escola); no GT "Movimento Estudantil", ficou o Antônio Flor, estudante do curso de Filosofia da UECE e membro do Centro Acadêmico do curso. Todos os professores e estudantes envolvidos fizeram um grande esforço em proporcionar o debate e coletar as demandas advindas dos participantes. Acreditamos que as discussões ocorridas nos GT surtiram um significativo resultado, apresentando uma amostra das demandas que atravessam a educação cearense, no presente, especialmente aquelas dos professores de Filosofia.

4. OS GRUPOS DE TRABALHO

Das atividades realizadas no evento, as discussões dos Grupos de Trabalhos (GT) têm um significado importante por ser o espaço em que os professores compartilham angústia, problemas em torno da sua prática docente e apresentam as demandas que chamaremos, aqui, de "bandeira de luta" dos professores de Filosofia do estado do Ceará. Em duas horas de atividades, os professores se dividiram entre os cinco GT e dialogaram em torno de sua prática docentes. Os coordenadores mediarão e registraram as falas dos presentes em cada GT, conteúdo que foi apresentado na plenária final do evento. Para a escrita do presente tópico do texto, faremos uma compilação do que foi relatado nos GT, seguido da apresentação da carta produzida pelo GT "Formação Inicial de Professores".

4.1 GT Formação Continuada

O GT "Formação Continuada" fez a proposição de que haja, pelo Fórum de Professores de Filosofia ou por alguma instituição representativa, a luta pela implementação da disciplina de Filosofia como componente curricular do ensino fundamental I e II dos municípios cearenses. Não diretamente relacionada à formação continuada e mais próxima de uma demanda que diz respeito à reestruturação curricular no ensino fundamental, a municipalização do ensino de Filosofia como disciplina foi algo colocado como importante para a formação cidadã dos estudantes e para o fortalecimento do ensino de Filosofia no Ceará.

Mais diretamente ligada à formação continuada, e

especialmente direcionada à SEDUC/CE, pois a maioria dos professores presentes fazem parte da rede estadual, está o pedido de realização de formação em didática específica para o ensino de Filosofia, metodologias ativas e inovadoras para o ensino de Filosofia e formação específica para o componente Religião, bem como a solicitação de que haja consulta aos professores quanto aos temas que anseiam formação. Uma questão latente em todas as considerações foi o fato de muitas formações da SEDUC/CE terem um caráter generalista, considerando questões gerais referentes à área, sem uma preocupação com as especificidades dos componentes. Os minicursos e oficinas oferecidos pelo encontro de professores foram exemplificados como formas diferentes e potentes de formação em relação às formações ofertadas pela SEDUC/CE. Os professores também pontuaram que seria importante a solicitação, para a SEDUC, de formação focada na produção de currículo, entendendo currículo como algo criado (ensinar a fazer currículo) e múltiplo, não reproduzindo modelos que tenham, unicamente, a BNCC como referência. Também foi solicitada a oferta de cursos no AVACED específicos para o componente Filosofia.

Os docentes presentes neste GT questionaram alguns procedimentos da SEDUC em relação à formação continuada, entre elas a ausência de uma determinação institucional ou legal para a liberação dos professores para participarem desse tipo de formação. Prova disso foi que muitos professores tiveram dificuldades na liberação ou receberam falta para que pudessem participar de um evento que teve o apoio da própria secretaria. Assim, foi solicitado que a SEDUC crie uma estratégia que ampare os professores em suas eventuais saídas com vistas à sua formação, a exemplo do II Encontro de Professores de Filosofia.

Foi também pontuado que há uma hierarquização rígida entre a SEDUC e as CREDES, o que aumenta as dificuldades dos professores de cursarem as formações continuadas pela SEDUC. Tais obstáculos se revelam quando se faz necessário passar pela aprovação da gestão da escola ou CREDE para, só então, se poder participar dessas formações. Foi questionado, também, o fato de muitas delas serem direcionadas, apenas, aos gestores e PCA's (Professores Coordenadores de Área). Junto a isso, foi indagado se não poderia haver uma padronização na ação das CREDES quanto a ações diversas como as formações. Quanto às formações, ainda foi solicitado que haja uma divulgação mais eficiente, de modo alcançar os professores interessados.

O GT ainda solicitou que a SEDUC/CE fomente e incentive a produção de materiais didáticos produzidos pelos próprios professores da rede estadual através de editais lançados e bolsas ofertadas pela própria secretaria. Os professores dos CEJAs pediram que a SEDUC/CE os convoque para dialogar sobre o material e a carga horária da BNCC e dos IFs construídos para a referida modalidade de ensino. Foi solicitada especialização específica sobre ensino de Filosofia com instituições públicas ou privadas que alcancem, principalmente, professores que moram no interior do estado e que não têm formação inicial em Filosofia. Os professores questionaram o porquê de não haver, por parte da SEDUC, um tratamento igualitário quanto à realização da avaliação diagnóstica nas escolas, na medida em os componentes Filosofia e Sociologia não teriam o espaço para a avaliação que é dado a outros componentes. Desse modo, solicitamos que a SEDUC dê a devida atenção aos referidos componentes quanto à avaliação diagnóstica.

Além das demandas pontuadas que dialogam de modo maior ou menor com a formação continuada, foram apresentadas questões outras que se dirigem a instituições diversas, como a produção de uma carta para os departamentos de Filosofia das universidades e faculdades do Ceará, questionando a ausência de muitos professores dessas instituições no II Encontro Cearense de Professores de Filosofia. Direcionado aos Institutos Federais (IFCE), foi pontuado o problema dos códigos de vaga referentes aos componentes que se relacionam diretamente com a Filosofia e que não são ministrados por filósofos, não que revelaria uma possível falta de vontade de colegas professores do IFCE em lutar para que tais vagas sejam preenchidas por profissionais da área. Junto a isso, foi pontuado que em algumas sedes do IFCE o componente Filosofia estava tendo sua carga horária diminuída no ensino médio. Uma demanda que já foi resolvida pela própria SEDUC/CE, mas que se faz importante registrar no presente texto, foi a convocação dos professores que estavam no cadastro de reserva do concurso de 2018. Por fim, o GT "Formação Continuada" apoiou a criação da Associação de Professores de Filosofia do Ceará.

4.2 GT Formação Inicial de Professores

O GT "Formação Inicial de Professores de Filosofia" decidiu, durante o evento, expor sua deliberação na forma de carta disposta ao final deste texto (conferir Anexo A). Contudo, apresentaremos cada uma das

pautas levantadas pelo GT na forma de texto, tal como será feito com os demais GT. Foi problematizada a necessária articulação entre escola e universidade na formação docente, ressaltando a necessidade da criação de fóruns que permitam o encontro de todos os sujeitos envolvidos, além da imprescindível presença dos professores da graduação envolvidos no estágio supervisionado e nas escolas da educação básica. Foi demandado o enfrentamento, com ações efetivas, da desvalorização da licenciatura em relação aos cursos de bacharelado, o que seria iniciado com a produção de currículos estruturados simultaneamente. Foi pontuada a necessidade de um debate reativo frente à precarização do ensino de Filosofia posto com a BNCC e BNC-Formação e do Novo Ensino Médio, aliados ao modelo neoliberal do estado brasileiro atual.

Demandou-se a construção conjunta de espaços de estudos e debates que estimulem o conhecimento crítico da formação e da docência em Filosofia, através da divulgação dos documentos normativos e das experiências obtidas; da criação de grupos de leitura e discussão; promoção de encontros presenciais e virtuais com troca de experiências dos professores acerca do novo parâmetro educacional (BNCC) e dos cursos de licenciatura (BNC-Formação). Foi proposta a criação de uma Associação de Professores de Filosofia do Ceará, com a participação de educadores de todos os níveis de ensino (da educação infantil ao ensino superior), objetivando promover o engajamento na luta em defesa do ensino de Filosofia e do Filosofar.

4.3 GT Ensino de Filosofia como Prática Política

A partir da defesa de que toda tomada de decisão do professor, seja selecionando os conteúdos, metodologias para o ensino de filosofia, seja escolhendo qual livro didático será usado, reflete sua visão e prática política, o GT "Ensino de Filosofia como Prática Política" reitera, destaca e encaminha através os seguintes pontos: defender a liberdade de cátedra do professor para selecionar, planejar e executar seu plano de aula dentro da legislação vigente, como a BNCC e a DCRC. Dessa forma, qualquer intervenção, censura e obstrução desse planejamento será entendida como assédio moral e quebra da liberdade de cátedra.

O GT entende que o livro didático, para ser aprovado pelo FNDE e pelos professores, deve ser elaborado por autores formados nos componentes da área. É também defendido que o livro didático seja considerado direito

do aluno e instrumento de apoio didático-pedagógico por parte do professor, de modo que seu uso seja definido pelo docente, em sintonia com o plano de aula por ele elaborado e sem interferência de terceiros.

Foi solicitado que o Encontro Cearense de Professores de Filosofia conste no calendário da SEDUC como formação oficial da rede e receba comunicação equivalente das que são feitas pela própria secretaria, a fim de que os gestores não obstruam ou dificultem a participação dos professores nesse processo de formação permanente.

Os professores pontuaram a importância da promoção de webinários para formação e manutenção do engajamento dos professores de Filosofia. Foi exigido respeito e defesa do professor com contrato por tempo determinado. O GT Ensino de Filosofia como Prática Política sugeriu a organização de um ato externo, durante o Encontro de Professores de Filosofia, que levantasse as pautas políticas discutidas no GT e no evento. O GT sugeriu a elaboração e divulgação de uma carta ou manifesto, ao final do II Encontro de Professores de Filosofia, que fosse encaminhada aos órgãos competentes. Foi apoiada a criação de uma comissão, com data definida, para início dos trabalhos de organização da Associação dos Professores de Filosofia do Ceará.

4.4 GT Gênero, Raça, Classe e Decolonialidade

Os participantes do GT "Gênero, Raça, Classe e Decolonialidade" relataram suas experiências nas escolas e problematizaram as situações de conflito com colegas, estudantes e gestões relacionadas ao trabalho com as temáticas das diversidades de gênero, raça e classe. Um dos pontos de análise foi a ausência de informações pela SEDUC/CE quanto aos procedimentos que devam ser tomados em situações de censura, assédio e discriminação, eventos que cresceram, em número de casos, em decorrência da violência política e ascensão do neoliberalismo presente no atual governo federal. Muitos desses fatores foram observados como problemas presentes na implantação da BNCC.

Os integrantes do GT ressaltaram que na SEDUC/CE há setores e sujeitos especialistas nos temas do GT, como o grupo o trabalho da CODIN-SEDUC (coordenadoria de diversidade e inclusão educacional) e das equipes vinculadas à coordenadoria: EREER (educação para as relações étnico-raciais) e "Gênero e Diversidade". O GT

ressaltou que ambas trabalham com apoio e orientações sobre questões legais e pedagógicas dentro da SEDUC, inclusive com formações para professores, gestores e estudantes, podendo ser acionadas pelas escolas de acordo com demandas específicas.

Ressaltando a importância da inclusão de discussões sobre acessibilidade de modo interseccional às questões de gênero, raça e classe no contexto escolar, os participantes do GT propuseram a elaboração de um documento/carta direcionado à secretaria de educação do estado do Ceará e aos cursos de Filosofia, especialmente àqueles que oferecem a licenciatura, para que sejam garantidos: formações continuadas para professores e disciplinas específicas nas licenciaturas que contemplem os debates sobre filosofia e questões de gênero, raça, classe, decolonialidade e acessibilidade; reafirmação do compromisso das instituições com o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena dentro dos currículos nacionais, incluídas aqui as filosofias africanas, afro-brasileira, ameríndias e decoloniais na educação básica, licenciaturas e formações continuadas de professores; posicionamento da SEDUC/CE e orientações objetivas quanto ao direito de liberdade de cátedra dos professores e orientações de como proceder em situações de censura, assédio e/ou agressões que inviabilizam o trabalho docente com as temáticas das diversidades de gênero, raça, classe, decolonialidade e acessibilidade; maior divulgação e acesso dos professores ao trabalho das equipes de "Gênero e Diversidade" e "Educação para as Relações Étnico-raciais", vinculadas à CODIN, em especial no interior do estado; discussão sobre a produção de materiais didáticos específicos para ensino de filosofia e questões de gênero, raça e classe para ser utilizados nas escolas estaduais; fomento e incentivo à produção e implantação de IF e/ou componentes curriculares específicos sobre o ensino de Filosofia e questões de gênero, raça, classe, decolonialidade e acessibilidade na nova arquitetura curricular do novo ensino médio.

O GT "Gênero, Raça, Classe e Decolonialidade" considera o atendimento da SEDUC/CE às referidas demandas como compromisso com uma educação inclusiva, igualitária e contrária a qualquer forma de discriminação e violência de gênero, racial, de classe ou capacitista nas escolas do Ceará. Junto a isso, o GT propõe que sejam criados fóruns permanentes, seja estaduais ou regionais, para a discussão específica das questões concernentes ao ensino de Filosofia e às temáticas da diversidade; que

no próximo encontro haja mais espaços dedicados às discussões sobre o ensino de Filosofia e questões de gênero, raça, classe, decolonialidade e acessibilidade, para além do Grupo de Trabalho – estes espaços podem ser mesas-redondas, minicursos, oficinas ou outros; considerando a relevância filosófica, cultural, política, histórica e social dos debates atuais sobre diversidades e o ensino de Filosofia propomos que o tema gerador do próximo encontro seja voltado para as temáticas de gênero, raça, classe, acessibilidade e o ensino de Filosofia; por fim, o GT "Gênero, Raça, Classe e Decolonialidade" reconhece a importância social e política da criação de uma Associação de professoras e professores de filosofia do estado do Ceará e declara apoio a esta iniciativa.

4.5 GT Movimento Estudantil

O GT "Movimento Estudantil" contou com a participação de diversos centros acadêmicos dos cursos de Filosofia do estado do Ceará. Estavam presentes, como representantes estudantis, o centro acadêmico do curso de Filosofia da UECE, o centro acadêmico do curso de Filosofia da UVA, o centro acadêmico do curso de filosofia UFC e representantes estudantis da UFCA. O GT figurou como espaço de troca de experiências sobre as lutas estudantis dos cursos de Filosofia do estado, problematizando como poderia ser defendido o ensino de tal disciplina. Dentre as demandas estavam: reestruturação do encontro estadual de estudantes de Filosofia; reestruturação do encontro regional de estudantes de Filosofia; cooperação na reestruturação do encontro nacional de estudantes de Filosofia. Todos esses encontros são vistos como espaços que reconhecem e fortalecem o ensino de Filosofia. Os participantes entenderam que, como estudantes da graduação, têm o papel de pensar a qualidade da carreira de docência nessa área. Também foi pontuada a necessidade da luta por uma universidade de qualidade, bem como da garantia da continuidade e das melhorias dos cursos de Filosofia do estado e do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após dois anos de atividades remotas, devido à pandemia de Covid-19, o retorno às atividades presenciais nas escolas foi intensificado pela implantação da BNCC e da reforma do ensino médio. Uma realidade complexa que tem exigido muito das professoras(es) que estão se reinventando para encontrarem o lugar da prática docente numa nova arquitetura curricular. O temor inicial da perda de postos de trabalho está sendo substituído pela necessidade de mais conhecimentos acerca desta nova realidade. Por todo o país professoras(es) organizam encontros movidos pela mesma urgência: sair das reações imediatas e construir ações mediadas, encontrando respostas para os inúmeros desafios que povoam o chão da escola¹⁹. Nesse contexto, pensar a prática e praticar a luta foi o que nos moveu para realizar o II Encontro Cearense de Professores de Filosofia.

Agora que a Filosofia não é mais uma disciplina obrigatória no currículo do novo ensino médio – NEM, como assegurar sua presença na escola? Para os professores de Filosofia, essa questão expressa uma realidade histórica. A intermitência da Filosofia no currículo da educação escolar brasileira, desde o início da República, ajuda a compreender que o lugar ou o “não-lugar” da Filosofia na educação neoliberal não é somente uma questão de política educacional. A alternância presença/ausência sempre esteve subordinada a interesses ideológicos e arranjos de governamentalidade, por isso só poderemos entender e responder aos desafios que hoje solapam o ensino de Filosofia, ameaçam os empregos dos professores e subvertem o papel da Filosofia na formação dos jovens, se alcançarmos além do imediatamente visível. Nesse sentido, Celso João Ferretti (2018, p. 39) adverte que

[...] é necessário que o estudo das políticas educacionais considere o papel da ideologia, entendida não no sentido de visão distorcida da realidade, mas como “forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”, pois as políticas educativas

expressam as ideologias que se configuram a partir da materialidade social. Sendo assim, sua compreensão efetiva depende da apreensão da lógica global de um determinado sistema de produção, pois essa tende a influir nas políticas educacionais para que contribuam para a reprodução de tal sistema.

Os debates, ocorridos no Encontro, sobre os impactos da BNCC e da lei 13.415/2017 para o ensino de Filosofia e o futuro da Filosofia na escola abrem espaço para uma reflexão mais aprofundada da reforma e do seu contexto neoliberal. Foi possível compreender que o neoliberalismo é uma racionalidade política, que impõe, por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado a lógica do capital até convertê-la na forma das subjetividades e na norma das existências (LAVAL, 2019). Nesta perspectiva, pode-se identificar o alinhamento da educação às novas demandas da reestruturação produtiva e da divisão internacional do trabalho, assim como entender que a reforma, longe de atender aos interesses das juventudes por uma formação escolar de qualidade, reduz a formação escolar ao desenvolvimento de competências e habilidades adequadas à economia e à Teoria do Capital Humano.

Estabelecidos os nexos, fica fácil entender o porquê da exclusão da obrigatoriedade da disciplina de Filosofia e da inclusão do § 2º do novo artigo 36 da LDB, em que consta que a BNCC do ensino médio deverá incluir, obrigatoriamente, estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Sem evidenciar o que seriam esses estudos e práticas, a BNCC determina que “[...] cabe aos sistemas e às escolas adotar a organização curricular que melhor responda aos seus contextos e suas condições: áreas, interáreas, componentes, projetos, centros de interesse e etc” (BRASIL, 2018, p. 471). Neste caso, caberia ao professor disputar o espaço da Filosofia no currículo da escola? Por óbvio que, até mesmo pelo seu interesse particular de manutenção do posto de trabalho, o professor estará nesta disputa, mas a questão é se esta disputa chegará à escola ou se será resolvida pelas secretarias das secretarias com “sugestões” de currículo para a escola.

19. “A denúncia e a crítica são fundamentais, e seria vexatório se a comunidade filosófica-educacional não se pronunciasse deste modo acerca das mudanças definidas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio, que, entre outras coisas, enfraqueceu a presença da Filosofia como disciplina escolar. No entanto, entendemos que diante de sua implementação, era necessário um olhar crítico, com objetivo de pensar modos de operar nas escolas desde a BNCC e, especialmente, reconhecer no conjunto das referidas competências e habilidades os conteúdos, temas, conceitos, problemas próprios da disciplina, familiares a professores e professoras. É preciso considerar que não seria possível o desenvolvimento das competências gerais e certas competências específicas da BNCC sem a Filosofia” (ANPOF, 2021).

A possibilidade de perda da autonomia da escola não pode ser descartada, haja vista a presença e a forte influência dos interesses do setor privado educacional no currículo das redes públicas de educação básica. Participantes ativos na elaboração da BNCC, o empresariado nacional tem ingerência na política educacional desde 2013, quando criaram o Movimento pela Base, que permaneceu por todos outros governos posteriores, exercendo cada vez mais influência sobre o MEC, com suas fundações, institutos e consultorias. Estão atentos aos recursos públicos, na medida em que conseguiram ampliar o espaço para parcerias público-privadas. Aproximaram-se das secretarias de educação, influenciando, com base na lógica do rendimento e das competências, a organização curricular das escolas. Isso tem repercutido negativamente na área das humanidades, e, por conseguinte, na Filosofia. É necessário defender a autonomia da escola em face à lógica neoliberal que considera que todas as instituições, inclusive as públicas, devem ser colocadas a serviço da máquina econômica em detrimento de qualquer outra finalidade (LAVAL, 2019, p. 86).

Por fim, é preciso considerar que o momento é de luta. Luta em defesa da Filosofia na escola, luta pela formação docente²⁰ dos professores de Filosofia, luta pela educação de qualidade para a classe trabalhadora, luta pela liberdade de ser e de viver feliz. Em tempos de luta precisamos estar organizados. Essa foi a demanda

comum a todos os GT do II Encontro, referendada na plenária final com a deliberação da criação de uma Associação de Professores de Filosofia do Ceará. Sem organização, ficaremos isolados, ensaiando saídas reativas. É urgente avançar num grande esforço de mobilização para podermos articular respostas coletivas. Atualmente há uma comissão responsável pelos encaminhamentos iniciais para a criação da associação de professores de Filosofia, que precisa ser ampliada e fortalecida com a participação de mais professores, levando a discussão a todas as regiões do estado. O II Encontro de Professores de Filosofia propiciou uma efetiva reunião dos docentes, estimulou a reflexão e atinou desejos de agir na direção do futuro, em que não basta apenas a defesa da perspectiva de educação democrática e participativa com vistas à formação cidadã (emancipação política), como propõe a contrarreforma do Ensino Médio. Convocamos, também, os professores e professoras dos cursos de Licenciatura em Filosofia do Ceará a participarem da luta e da criação da associação de professores de Filosofia, que visa a integrar os docentes do ensino básico e do ensino superior em defesa da permanência dessa disciplina nas escolas, além de arregimentar um ensino filosófico efetivamente significativo para os/as estudantes do ensino médio. Tudo isso se aloja no anseio, como nunca vivo, da necessidade de uma educação que proponha, além disso, a emancipação humana (FERRETTI, 2018)..

20. padronizado, reduzido e reducionista, orientado para o desenvolvimento de habilidades e de competências com vistas ao alcance de resultados numericamente mensuráveis e submetidos às demandas do mundo do trabalho.

6. REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. **O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** *História*, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

ANPED. Posição da ANPED sobre o "Texto Referência–Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica". [S.l.], 09 out. 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de>. Acesso em: 26 out. 2021

ANPOF. SEM FILOSOFIA NÃO TEM BASE - Carta do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar sobre a BNCC. [S.l.], 20 maio 2021. Disponível em: <https://www.anpof.org/comunicacoes/notas-e-comunicados/sem-filosofia-nao-tem-base--carta-do-gt-filosofar-e-ensinar-a-filosofar-sobre-a-bncc> Acesso em: 26 out. 2021

BRASIL. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017a.

BRASIL. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017b.

BRASIL. PORTARIA n. 331, de 5 de abril de 2018. Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2012

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educ. Real**. [online]. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DARROT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon; SANTOS, Antonio Pereira dos. Reformas curriculares e o ataque ao pensamento reflexivo: o sutil desaparecimento da filosofia no currículo da Educação Básica no Brasil. *REFilo*, Santa Maria, v. 6, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/42599>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FERNANDES, Dorgival. MARINHO, Cristiane; SOUSA, Alex; COSTA, Roberta. A educação brasileira e a constituição do sujeito neoliberal. In: FERNANDES, Dorgival; NOGUEIRA, José Romulo Feitosa (Org.). **Educação, linguagens e práticas sociais**. Pa dos Ferros, RN: AINPGP, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/66208372/A_educac%C3%A7%C3%A3o_brasileira_e_a_constitu%C3%A7%C3%A3o_do_sujeito_neoliberal. Acesso em: 10 nov. 2022.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do; ALVES, Silveira Alves. O ensino de Filosofia no contexto das competências e habilidades do novo ensino médio. *Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo*, Santa Maria, v. 7, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/67446>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005

SALVIA, André Luis La; NETO, Osvaldo Cunha. O que pode o ensino de filosofia na BNCC?. *Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo*, Santa Maria, v. 7, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/67379>. Acesso em: 12 nov. 2022.

UECE. II ENCONTRO CEARENSE DE PROFESSORES DE FILOSOFIA. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/profilosofia2022>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ANEXO

ANEXO A – Carta Aberta do GT “Formação Inicial de Professores de Filosofia”

Carta Aberta do GT Formação Inicial de Professores de Filosofia

AOS PROFESSORES E PROFESSORAS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA DO CEARÁ

Nós, professores e professoras de Filosofia, amantes do ensino básico de Filosofia e estudantes de licenciatura, presentes no II Encontro Cearense de Professores de Filosofia, demonstramos e manifestamos publicamente nosso anseio de um maior engajamento dos/as professores/as universitários/as dos cursos de Licenciatura em Filosofia do Estado do Ceará em defesa de uma formação acadêmica que dialogue e aproxime as ações desenvolvidas na universidade das diversas realidades das escolas das redes pública e privada do Estado.

As pesquisas acadêmicas na área de Ensino de Filosofia e as práticas docentes na Educação Básica permite afirmarmos que as dimensões teórica e prática do ensino da Filosofia são indissociáveis; nesse sentido, compreendemos que os cursos de Licenciatura em Filosofia possuem singularidades que precisam ser consideradas: há que se fomentar a reflexão filosófica sobre as questões do ensino de Filosofia, assim como se deve propiciar que licenciandos e licenciandas compreendam a realidade escolar e tenham a oportunidade de experienciá-la durante toda a sua formação.

Para tanto, entendemos que a união entre professores/as do ensino básico e professores/as universitários/as para pensar nossas licenciaturas é imprescindível, proporcionando um ensino de Filosofia que aproxime o conhecimento filosófico acadêmico da prática docente escolar.

Pedimos aos professores e professoras dos cursos de Licenciatura em Filosofia do Ceará, por meio desta carta aberta, que participem conosco da criação de uma Associação Cearense de Professores de Filosofia, a qual visa integrar professores e professoras dos ensinos básico e universitário em defesa da permanência da Filosofia nas escolas e de um ensino filosófico efetivamente significativo para os/as estudantes do Ensino Médio.

Queremos também a participação da SEDUC, de forma plural, na construção e no fomento desse diálogo para que, assim, possamos fortalecer nossa luta em busca de um ensino de qualidade.

Continuamos abertos/as ao diálogo e acreditamos que, juntos/as, podemos lutar pela permanência da Filosofia nas escolas, pela valorização da prática docente em Filosofia e pela consolidação do Ensino de Filosofia como subárea de pesquisa filosófica.

Fortaleza - CE, 27 de agosto de 2022